

DIREITO ADMINISTRATIVO I

EXAME (DISCIPLINA ANUAL)

NOITE

COINCIDÊNCIAS

2008.05.23

Prof. Doutor Sérvulo Correia

I

- A. Em não mais do que 20 linhas, refira se o Estado pode exercer tutela de mérito sobre as autarquias locais e sobre as associações públicas.
- B. Em não mais do que 20 linhas, explique se, perante o presente regime da inércia administrativa, ainda se mantém um princípio geral do acto tácito negativo.

II

Responda às seguintes QUESTÕES:

- 1. Imagine que a Universidade da Covilhã, que é pública, tinha uma Faculdade de Arquitectura (que na realidade não existe). A Faculdade abriu um concurso para um lugar de professor auxiliar do grupo de arquitectura industrial e o seu Conselho Científico aprovou um regulamento do qual consta que, para efeito de avaliação dos currícula, o júri apreciará os trabalhos dos candidatos que estes tenham mencionado no currículo e juntado ao procedimento concursal. Durante a reunião do júri, alguns membros trazem consigo outros trabalhos do candidato Abel que este não juntou nem mencionou no seu currículo. Aqueles membros sustentam que a regra do regulamento contraria um preceito do Código do Procedimento Administrativo sobre a amplitude do poder de cognição do órgão competente para a instrução do procedimento e que tais trabalhos são relevantes para uma correcta avaliação do candidato.
 - a) Deveria o júri tomar em consideração os trabalhos em causa na avaliação do candidato Abel ?

2. Suponha ainda que, sem que isso contrariasse qualquer lei vigente, o regulamento do concurso previa simplesmente que se ouvisse o parecer da Ordem dos Arquitectos sobre o projecto arquitectónico que cada um dos candidatos tem de elaborar como prova inserida no concurso. O júri entendeu, porém, que, uma vez que «tal parecer seria necessariamente vinculativo», a regra do regulamento «transferia a competência decisória para o exterior da Universidade, que assim renunciava às suas atribuições e competências». E, em consequência, considerou a regra inválida e não solicitou o parecer da Ordem dos Arquitectos.
- b) Considera correcto o fundamento desta decisão procedimental ?
- c) Supondo que a decisão procedimental em causa foi ilegal, quais as consequências de tal ilegalidade quanto ao acto final do procedimento concursal ?
3. Tendo, por fim, o júri estabelecido uma graduação entre os cinco candidatos, proclamou imediatamente vencedor do concurso o candidato Bento, classificado em primeiro lugar.
- d) Encontra alguma fonte específica de ilegalidade neste comportamento apressado do júri ?

PONTUAÇÃO

	Valores
I	
A	4
B	4
II	
a)	4
b)	3
c)	2
d)	2
Ordenação e estilo	1
Total	20